

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LITÍLIO ADÃO PATRÍCIO

MALDIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS: O CASO DE ANGOLA

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso como requisito parcial à conclusão do Curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Frederico Camargo Rolim

CURITIBA
2010

TERMO DE APROVAÇÃO

LITÍLIO ADÃO PATRÍCIO

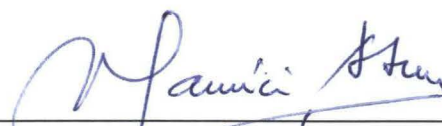
MALDIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS: O CASO DE ANGOLA

Monografia aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



Prof.Dr. Cássio Frederico Rolim Camargo
Departamento de Economia, UFPR



Prof.Dr. Maurício Aguiar Serra
Departamento de Economia, UFPR



Prof.Dr. Armando Vaz Sampaio
Departamento de Economia, UFPR

Curitiba, 07 de Julho de 2010

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	3
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	4
2.1 A MALDIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS.....	4
2.1.1 Fatores diretos.....	4
2.1.1.1 Defasagem na capacitação e aumento de desigualdade.....	4
2.1.1.2 O empecilho e o problema tributário.....	5
2.1.1.3 Estado rentista e Instituições fracas.....	5
2.1.2 Fatores indiretos.....	6
2.1.2.1 Volatilidade do preço do petróleo.....	6
2.2 TEORIA DA DOENÇA HOLANDESA.....	6
3 A ESTRUTURA DA ECONOMIA ANGOLANA.....	7
3.1 O SETOR PETROLÍFERO.....	8
3.2 O SETOR NÃO PETROLÍFERO.....	10
3.2.1 Agricultura.....	11
3.2.2 Indústria.....	13
3.3 GESTÃO DAS RECEITAS PETROLÍFERAS.....	14
3.4 IMPACTO DO CÂMBIO NA ECONOMIA.....	17
4 EFEITOS DIRETOS E INDIRETOS DA DEPENDÊNCIA DO PETRÓLEO NA ECONOMIA ANGOLANA.....	21
6 CONCLUSÃO.....	23
ANEXO.....	27
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

A maldição dos recursos naturais consiste na dificuldade que os países, agraciados pela natureza em possuir recursos naturais, têm em usar as receitas provenientes das exportações destes recursos. Desde a sua independência, em 1975, Angola tem apresentado um desequilíbrio em favor das atividades extrativas e falta de transparência na gestão das receitas provenientes das exportações dos recursos naturais. E sua estrutura econômica tem se desequilibrado em favor da extração e exploração dos recursos naturais, principalmente o petróleo. A maldição dos recursos naturais complementada pela doença holandesa tem causado um desequilíbrio na estrutura da economia angolana. O ramo petrolífero é o maior causador desse desequilíbrio pelo seu dinamismo na economia, correspondente a 56% do PIB (ROCHA, 2006). Esta dificuldade faz com que Angola seja incluída na lista dos países que sofrem com o paradoxo da abundância (FERREIRA, 2005).

Angola está localizada na região sul da África e é um país abundante em recursos naturais. Os indicadores sociais são dos mais baixos de todo o mundo, onde a esperança média de vida de 40,8 anos, um IDH de 0,445, uma taxa de alfabetização dos adultos de 66,8%, uma taxa bruta de escolarização combinada de 20,6%, uma taxa de pobreza de 68% e uma repartição do rendimento muito assimétrica (FERREIRA, 2005).

Antes da independência havia exportação de outros produtos além do petróleo, como matérias primas agrícolas, café, algodão, sisal, e produtos com algum valor agregado, como, cimento, produtos à base de plásticos, têxtil, etc. À medida que o tempo passa o país vem se mostrando cada vez mais dependente da exportação do petróleo, que causa uma redução no setor industrial, correspondente a uma participação que vem caindo nos últimos anos 4,8% em 2004 e 4,1% em 2005 (ROCHA, 2006).

Angola é um país que possui, para além da abundância dos recursos naturais, terra arável propícia para o desenvolvimento da agricultura, localização estratégica na costa do oceano atlântico possibilitando a criação de portos que permitem escoar a produção, tanto de Angola, como dos países do interior da África que não possuem portos marítimos e tem uma população de

16 milhões de habitantes que daria uma renda per capita elevada. Diante de tal situação o objetivo deste trabalho é entender quais os motivos que levam Angola a ter um desequilíbrio na estrutura econômica e dificuldade na gestão das receitas dos recursos naturais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A MALDIÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Segundo Sachs e Warner¹ (1995 *apud* IPEA, 2008 p. 1) a Maldição dos Recursos Naturais é a teoria, segundo qual, países com abundância de recursos naturais tendem a apresentar uma utilização ineficiente dos recursos naturais e das receitas provenientes da exportação dos produtos primários, além da apropriação indevida de recursos públicos por parte de administradores perdulários.

A maldição dos recursos naturais apresenta uma série de fatores, que atuam como empecilho para o crescimento. Esses fatores podem ser diretos, aqueles ligados à situação interna de cada país e indiretos, aqueles que estão ligados a questões externas. Para os fatores diretos temos a defasagem na capacitação dos recursos humanos e aumento da desigualdade, obstáculo no sistema tributário, estados rentistas e instituições fracas. E para os fatores indiretos temos a volatilidade do preço do petróleo.

Esses fatores são prejudiciais para economia porque incluem um crescimento econômico menor do que o esperado, criando fraca diversificação econômica, indicadores sociais desanimadores, altos níveis de pobreza e desigualdade, impactos ambientais devastadores ao nível local, corrupção desenfreada, governança insatisfatória, e grandes incidências de conflito e guerra (REVENUE WATCH. Open Society Institute, 2005, p. 22).

Na Arábia Saudita, onde as reservas comprovadas de petróleo cru são as maiores do mundo, o rendimento *per capita* caiu de US\$ 28.000 em 1981 para US\$ 6.800 em 2001. Na Nigéria e na Venezuela, a renda *per capita* caiu para os níveis da década de 1960, enquanto muitos outros países – Algéria, Angola, Congo, Equador, Gabão, Irã, Iraque, Kuwait, Líbia, Qatar, e Trinidad e Tobago – voltaram aos níveis de 1970 e 1980 (REVENUE WATCH. Open Society Institute, 2005, p. 22).

¹ Sachs, J.D. e Warner, A. M. **Natural resource abundance and economic growth.** Cambridge, 1997.

É preciso salientar que existem exemplos de países que tiveram um desenvolvimento bem sucedido com base em recursos naturais, como o EUA (que foi a principal economia mineral do mundo quando se tornou o líder mundial em manufaturas), o Canadá, a Austrália, o Chile e a Noruega.

2.1.1 Fatores diretos

2.1.1.1 Defasagem na capacitação e aumento de desigualdade

Um fator direto que contribui para a maldição dos recursos naturais é a defasagem na capacitação dos recursos que ocorre quando os setores exportadores nos países abundantes de recursos naturais empregam profissionais estrangeiros para cobrir as vagas de trabalho.

Segundo Revenue Watch - Open Society Institute, (2005, p. 24), a indústria petrolífera gera poucos empregos e a competência para esses trabalhos não corresponde ao perfil das pessoas desempregadas nos países exportadores, logo, os profissionais competentes a preencherem essas vagas são os profissionais estrangeiros que são levados a esses países para trabalharem.

Isto tem um impacto negativo porque aumenta a desigualdade na região e tira desses países benefícios que contribuem para o desenvolvimento econômico.

2.1.1.2 O empecilho e o problema tributário

Como as receitas provenientes da exploração de recursos naturais vão diretamente para o governo, na forma de *royalties* e na forma de rendas econômicas pagas pelas companhias petrolíferas estrangeiras ou ainda na forma de impostos e lucros obtidos por empresas estatais, este arranjo remove os incentivos para instituir sistemas tributários separados do petróleo, agravando ainda mais a dependência do mesmo. Há falta de controle de cofres públicos, por parte dos governos, que também não tributam o seu povo, como forma de evitar uma ligação entre a crítica e a tributação permitindo menor

responsabilidade do Estado (REVENUE WATCH. Open Society Institute, 2005, p. 25).

Em suma, a dependência do petróleo acaba criando uma barreira para atividades mais produtivas.

2.1.1.3 Estado rentista e Instituições fracas

Utilizar a riqueza gerada pelo petróleo não é uma tarefa fácil, para tal é preciso que existam Estados capacitados com instituições fortes e que implementem políticas efetivas. Em estados rentistas a influência econômica e o poder político são concentrados, os limites entre o setor público e o setor privado são confusos e o comportamento oportunista como estratégia para a criação da riqueza é desmedida. Os governantes tendem a ficar no poder através do desvio de receitas para si próprio e para aqueles que os apóiam, por meio de subsídios, proteção, criação de cargos públicos e gastos excessivos (REVENUE WATCH. Open Society Institute, 2005, p. 25).

2.1.2. Fatores indiretos

2.1.2.1 Volatilidade do preço do petróleo

Um dos fatores indiretos da maldição dos recursos naturais é a grande volatilidade do mercado de petróleo.

O mercado mundial de petróleo é muito volátil, as mudanças repentinas de preço e os subseqüentes ciclos econômicos de crescimento súbito e colapso são difíceis para os planejadores administrarem efetivamente. A volatilidade de preços exerce um forte efeito negativo na disciplina orçamentária, no controle das finanças públicas, assim como nos esforços de planejamento. Ela também afeta negativamente investimentos efetivos, melhor distribuição de renda e alívio da pobreza (REVENUE WATCH. Open Society Institute, 2005, p. 23).

2.2 TEORIA DA DOENÇA HOLANDESA

Países dependentes da exportação de petróleo geralmente sofrem da doença holandesa, fenômeno que ocorre quando a exportação de petróleo eleva a taxa cambial da moeda local, tornando outros produtos de exportação não competitivos.

A teoria da Doença Holandesa prega que um aumento de receita decorrente da exportação de recursos naturais desindustrializa um país por causa da valorização cambial, que torna o setor manufatureiro menos competitivo aos produtos externos. Surgiu por causa do impacto negativo que a descoberta de gás natural provocou na economia da Holanda na década 70. A exportação de gás ocasionou uma grande entrada de dólares no país e levou à apreciação da moeda local, que posteriormente estimulou as importações e diminuiu a competitividade local, reduzindo o setor industrial (IPEA, 2008).

3 A ESTRUTURA DA ECONOMIA ANGOLANA

A partir da década 80, a estrutura da economia angolana tem apresentado um forte desequilíbrio. A economia estruturou-se como uma economia de renda, baseada na exploração do petróleo. Ao longo da década 90 o setor petrolífero respondeu por 90% das exportações de Angola (JANUS 2004). Em contraste, a economia não petrolífera baseia-se em um aparelho produtivo precário, onde a fraqueza do setor agrícola e a insuficiência do setor industrial associadas a um setor informal crescem ininterruptamente (JANUS 2004).

A partir da tabela abaixo podemos observar o grau de concentração do PIB angolano, de 2000 a 2005, a produção de petróleo corresponde a uma média de 50% na participação do PIB. Podemos observar o grau de dependência que a economia tem em relação ao petróleo.

TABELA 1: COMPOSIÇÃO DO PIB

ESTRUTURA DA ECONOMIA ANGOLANA (valores em percentagens)						
Setores econômicos	Média97/00	2001	2002	2003	2004	2005
Agricultura, silvicultura, pescas.	8,4	8,3	8,1	8,4	9,7	8,6
Petróleo e refinados	52,5	52,3	54,7	49,4	51,9	56,3
Diamantes e outros	6,1	6,3	4,8	4,6	3,1	2,9
Indústria transformadora	4,2	4,0	3,8	3,9	4,8	4,1
Energia elétrica e água.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1
Obra pública e construção.	4,0	3,7	3,5	3,6	4,7	4,1
Comércio, bancos, seguros, transportes.	16,2	15,8	14,3	14,5	13,8	14,9
Outros.	8,6	9,5	10,7	15,4	12,0	9,0
PIB	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: ROCHA 2005.

O setor petrolífero é que gera as receitas e as divisas que permitem realizar as importações e faz funcionar a economia estatal. Mas os efeitos da

transferência são limitados, porque parte das receitas são destinadas a financiar as importações de bens intermédios e de bens de equipamento para as indústrias petroquímicas e despesas improdutivas, como despesas militares e bens de consumo de luxo.

Entre a abundância de recursos naturais renováveis e o desenvolvimento social não existe determinante algum que impossibilite uma relação positiva, que não seja a falta de vontade política, modelo de desenvolvimento e democracia econômica (ROCHA 1998).

A gestão do petróleo é realizada com pouca transparência por uma empresa estatal que tem o monopólio da exploração e produção e que opera através de acordos de quotas de produção e de *joint-ventures*.

3.1 O SETOR PETROLÍFERO

O crescimento saudável e rápido da indústria petrolífera é o único caso de sucesso econômico em Angola. O crescimento da indústria petrolífera contrasta com a estagnação e o declínio em outros setores. Localizada essencialmente em *offshore* na região do enclave de Cabinda, foi fortemente protegida e escapou da destruição causada pela guerra.

A província de Cabinda atraiu as companhias petrolíferas internacionais pela geologia prometedora, pelo seu passado de sucesso em pesquisa e descobertas comerciais de hidrocarbonetos, baixos custos de operação, estabilidade legislativa e contratual e pelo seu regime fiscal, aduaneiro e cambial atrativo (VICENTE 1994).

Cabinda parece uma região separada do resto do país, inclusive o povo de Cabinda se autodenomina cabindense e não angolano como o resto do país. Isso foi resultado da forte proteção que o governo angolano deu a aquela que era considerada como sua fonte de receitas. Esse tipo de política aumenta as assimetrias regionais e setoriais bem como o aumento da pobreza e a desindustrialização do resto do País.

O petróleo é como o sangue para o corpo quase moribundo do resto do país, o governo protege fortemente essas regiões e as companhias petrolíferas internacionais (VICENTE 1994).

O rápido crescimento do setor petrolífero conjugado com o pobre desempenho da economia não petrolífera deixou Angola vulnerável aos choques petrolíferos no atinente as receitas fiscais e nos rendimentos em divisas. Esse crescimento coloca em risco a economia pelo fato de aumentarem os custos de produção e exploração e conseqüentemente diminui a participação do governo. É preciso salientar ainda que, com esse ritmo de produção, as reservas existentes em Angola podem acabar em 2025, o que significa dizer, se as políticas do governo não forem voltadas para diversificação da economia pode condenar as gerações futuras.

TABELA 2

RECEITAS FISCAIS PETROLÍFERAS EM ANGOLA						
(milhões de dólares)						
Rubricas	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Valor produção(custos)	7414	6144	7739	9007	13304	23014
% governamental	53	52	43	43	42	43
Rec. Fiscais	3945	3194	3304	3892	5624	9909
Taxas	2976	2211	2275	2757	3953	6496
Comp, Estrangeira	1786	1490	1633	1937	2955	4705
Sonangol	721	642	820	998	1791	
Gover. Oil Profit	968	983	1030	1136	1671	3413
Bônus	-	350	75	34	301	-

Fonte: Angola -Selected Issues and Statistical Appendix, International Monetary/ROCHA 2006

A partir da tabela acima podemos constatar que à medida que o valor dos custos aumenta diminui a percentagem de arrecadação do governo e se continuar assim pode causar déficit nas receitas petrolíferas.

Os custos elevados, particularmente na fase inicial, da extração de petróleos em águas ultra profunda reduzem a potencial margem de partilha das receitas totais para o governo e também para as companhias petrolíferas, na medida em que se prevê um corte substancial na exploração *on shore* e *off*

shore (águas superficiais) a que rende maior margem para o governo (ROCHA 2006).

Para uma diversificação da economia é necessário que se conclua em curto prazo um investimento nos demais setores, que permitam uma estabilidade econômica.

O setor petrolífero absorve atualmente 75% de todo investimento e gera somente 1% de todo emprego gerado no país, o setor agrário, por sua vez, recebe 1% de todo investimento, mas tem potencial para gerar grandes quantidades de novos empregos (SOGGE2009).

3.2 O SETOR NÃO PETROLÍFERO

Os demais setores não tiveram o mesmo privilégio que o setor petrolífero, alguns setores foram simplesmente ignorados pelas políticas do governo. Isso se constata pelo grau de crescimento que as províncias produtoras de petróleo e a capital tiveram.

As disparidades regionais continuam a ser muito elevada, com o enclave de Cabinda e Luanda a beneficiarem mais do *boom* econômico do que o resto do país, que permanece isolado devido às deficientes infra-estruturas, ao atraso das atividades de desminagem e a morosidade na reinstalação das populações deslocadas e dos antigos combatentes REIS² (2006 *apud* OCDE 2007).

As demais províncias não tinham os mesmos privilégios que a região produtora de petróleo. Havia províncias que eram fortes do ponto de vista econômico, fortes na produção de diamantes, agricultura, mas que foram simplesmente abandonadas pelo Estado, a preocupação era com o setor petrolífero, porque respondia a 96% das exportações angolanas. A província do Huambo situada no centro do país foi forte na agricultura, mas que durante a

² REIS, C. **Angola: desperdício de oportunidades**. Luanda 2007

guerra foi fortemente destruída. As províncias e os setores não petrolíferos, como a agricultura, indústria e serviços, foram se enfraquecendo por falta de políticas e de alguma proteção estatal.

3.2.1 Agricultura

A economia angolana no passado recente era puxada pela agricultura, mas hoje a agricultura não responde por 5 % das exportações e quase tem participação nula no crescimento do PIB.

Para entendermos como o setor agrícola deixou de participar significativamente para o crescimento do PIB da economia angolana nos dias atuais, vamos pegar os últimos 50 anos e entender como aconteceu.

Depois de 1961, período do início das lutas armadas para independência de Angola em relação a Portugal, os portugueses adotaram uma série de medidas para fortalecer sua presença em Angola. Nessas medidas estava incluído o estímulo das exportações angolanas.

Segundo Vicente o governo português tinha uma política para o desenvolvimento da metrópole, no âmbito da Associação Europeia de Livre Comércio de 1960. Na época o ingresso de Portugal no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), exigiu a criação de uma área de livre comércio com os territórios ultramarinos, de modo a evitar a aplicação da cláusula de nação mais favorecida no comércio entre os membros do GATT e as colônias portuguesas.

Esses fatores criaram as condições para que se estimulasse as exportações angolanas na época. A partir de então, e como só havia a prática da agricultura e uma insignificante exploração de recursos naturais, se observou uma forte participação da agricultura nas exportações e no crescimento do PIB.

A nova política econômica e social contribuiu para que em 1965, com a promulgação do novo código de investimento que encorajou o fluxo de capital estrangeiro para Angola, começasse o crescimento decisivo da economia

angolana assente na industrialização estimulada pelo café e pressionada pela chegada de emigrantes portugueses (VICENTE 1994).

Angola era, em 1973, o primeiro produtor africano de café e o terceiro produtor mundial depois da Colômbia e do Brasil. E era o terceiro produtor mundial de sisal depois da Tanzânia e do Brasil. Além destes 2 produtos, o país produzia e exportava outros produtos agrícolas e animais. O país era auto-suficiente em cerca de 90% dos principais produtos agrícolas e animais (VICENTE 1994).

Após a independência houve uma queda da participação da agricultura na economia e uma forte redução na exportação de produtos agrícolas e sua participação no PIB quase foi nula. Essa redução teve como causa dois fatores, primeiro, porque a independência angolana pregava a expulsão dos portugueses de Angola e como esses detinham a maior parte do capital estrangeiro, houve uma saída de capital que era investido, especialmente, na agricultura e da mão de obra qualificada. Segundo, pela intensificação das guerras civis que começaram após a independência. A guerra travada pelos partidos políticos depois da independência culminou com a redução das áreas de cultivo devido à grande incidência de minas, com a degradação da qualidade dos solos devido aos bombardeamentos e a degradação ambiental, onde a carência de energia e gás de cozinha levou ao abate de grandes extensões de florestas e a aceleração da erosão, o despovoamento do meio rural (desertificação humana do campo com o decréscimo da população de mais de 80% em 1975 para cerca de 50% hoje) o qual não é suficiente para contrabalançar o desequilíbrio população-espço, a importação média anual de mais de 130 mil toneladas de cereais e grãos desde 1992 é a prova disso (ROCHA 1998).

3.2.2 Indústria

No período de 1961 a 1973, Angola passou por uma forte industrialização. A industrialização começou depois do início da luta de libertação nacional em 1961 com a instalação de verdadeiras unidades de transformação. As políticas de 1965 e os investimentos na infra-estrutura de transportes foram decisivos no crescimento da economia angolana. Cerca de 20% do PIB no início da década de 1960, o setor industrial chegou a 38% do PIB em 1970. O capital metropolitano e estrangeiro estava concentrado nas indústrias extrativas mais intensivas de capital e também nas atividades mais intensivas de mão de obra do setor agrícola.

A industrialização pressionada pela exigência do mercado interno não assentava na articulação das indústrias transformadoras com os setores primários e estava limitada no seu desenvolvimento para não competir com a indústria da metrópole colonial. Com a expulsão dos portugueses houve, conseqüentemente, uma redução de capital investido no setor industrial. E como não houve uma continuidade de investimento no setor industrial por parte do governo intensificou-se o processo de desindustrialização. A indústria instalada não processava nem beneficiava a maior parte dos produtos primários do país. A indústria não agregava valor aos produtos exportáveis. A propriedade estava concentrada nas empresas multinacionais e portuguesas e não havia uma classe empresarial angolana na indústria (VICENTE 1994).

Após a independência em 1975, passou a ser flagelada por uma desindustrialização de sua economia, motivada pelas políticas econômicas inadequadas e da destruição de vidas humanas e de ativos reais e financeiros causada pela guerra.

3.3 GESTÃO DAS RECEITAS PETROLÍFERAS

Angola é caracterizada por um governo fraco do ponto de vista político-econômico, com falta de democracia, de transparência e instituições frágeis. Como disse Sogge no seu último trabalho, "Angola é um Estado institucionalmente fraco".

O fraco desempenho da economia angolana após a independência é motivado por uma série de fatores, onde podemos destacar a forte intervenção do Estado na economia (como forma de manter o regime no poder), país de incessante violência, pública e estrutural; aparato de Estado baseado em processos militarizados, centralizados e corruptos; desigualdades causadas pelo desenvolvimento desequilibrado e extrovertido; provisão de bens e serviços públicos de acordo com as necessidades das elites, a qual carece de qualquer embasamento em processos democráticos ou transparentes; espaço de associação (sociedade civil) extremamente reduzido e despolitizado (SOGGE 2009).

Após a independência, em 1975, Angola era um país do bloco socialista. No período da guerra fria vê-se obrigada a aderir ao capitalismo por causa da forte pressão dos EUA. Essa abertura do modelo político não foi acompanhada com a abertura imediata do modelo econômico, que continua sendo uma barreira para as iniciativas individuais.

A transição política para um modelo econômico aberto não foi, nem tem sido, fácil, porque ainda se fazem sentir as conseqüências do regime de partido único. A adoção de políticas econômicas inapropriadas e a fraqueza da gestão econômica geraram distorções econômicas acentuadas e um excesso de consumo (ROCHA 1998).

O petróleo tornou Angola num campo de batalha. Os conflitos armados terminaram em 2002, mas às manobras geopolíticas em torno da riqueza continuam (SOGGE 2006).

A política tem sido guiada por lutas pelo controlo sobre os rendimentos do petróleo. Na região de maior exploração de petróleo movimentos separatista apoiados por nações internacionais, como EUA, são constantes. As formas de governos são fracas, à semelhança de dezenas de países orientados para o

exterior, de quem se espera o cumprimento de certas tarefas para o sistema mundial (SOGGE 2006).

Uma das distorções, talvez a pior de todas, da forte intervenção do Estado é o surgimento do setor informal (uns dos países mais difíceis para abrir uma empresa legal). Angola é um país caracterizado por um forte setor informal urbano e uma economia agrícola de subsistência, que se presume ocupar metade da sua população (Relatório de Desenvolvimento Humano³. 2004 *apud* FMI, 2005).

O aparecimento e desenvolvimento da economia informal é talvez a consequência mais nefasta da inconsistência e inadequação do modelo de organização econômica adotada depois da independência. O setor informal, hoje representa 55 % da economia, pode ser visto como um fenômeno de reação à hostilidade e à incapacidade do setor formal em se constituir num sistema válido de segurança social e reprodução econômica para a maioria da população (ROCHA 2006).

Angola é considerada como um dos países mais corruptos do planeta e menos transparentes do mundo. De acordo com a (REIS 2007), dos 163 países avaliados Angola ocupa a posição de 142 do índice de percepção de corrupção.

As empresas petrolíferas que exploram em Angola têm um acordo com o governo de não revelarem o quanto pagam de *royalties* ao governo, que corrobora com a falta de transparência nas receitas petrolíferas. Hoje o país não faz parte da Iniciativa de Transparência nas Indústrias de extração (EITI), com o objetivo de não revelar as informações do setor.

Os maiores operadores em Angola estão entre os de pior desempenho quanto à publicação dos resultados de suas operações e pagamentos de *royalties* aos governos (SOGGE, 2009).

A ligação entre a indústria petrolífera e o resto da economia é feita internamente pela via do Orçamento Geral do Estado (OGE), que funciona como um mecanismo de transmissão das receitas geradas pelo petróleo aos

³ FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL /FMI. **Projeto de Guia para a Transparência da Receita dos Recursos Naturais**. 2005

demais setores, já que não existem vínculos diretos entre o setor petrolífero e os outros setores produtivos da economia angolana.

O Orçamento Geral do Estado (OGE) é dividido em três contas. A primeira conta é o setor de soberania, que agrega as despesas com administração central, os serviços públicos gerais, a defesa, a segurança e ordem pública; a segunda é o setor dos serviços sociais que agrega as despesas com educação, saúde, segurança e assistência social, habitação serviços comunitários e cultura, recreação e serviços religiosos; a terceira conta é o setor de serviços econômicos, que incluem combustíveis e energia, agricultura, pecuária e silvicultura, mineração e recursos minerais, transportes comunicações e outros serviços e finalmente os encargos financeiros e outras despesas que incluem as operações com o pagamento da dívida pública interna e externa (RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2005).

TABELA 3: Estrutura do Orçamento Geral do Estado (OGE) 2005-2007

	2005	2006	2007	2008
Administração	22,9	14,7	14,6	15,7
Defesa, segurança e Ordem Pública	23,3	19,3	21,1	14,6
Setor Social	28,8	28,9	30,6	31,8
Setor Econômico	9,0	15,2	16,2	26,4
Encargos Financeiros	16,0	22,0	17,5	11,5
	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ministério das Finanças de Angola 2008

A partir do OGE se constata uma previsão de quais serão os gastos públicos no ano seguinte da elaboração do orçamento, mas o que se observa na prática é que o governo não realiza investimentos em setores produtivos com o objetivo de diversificar a estrutura da economia. Observa-se uma preocupação com gastos sociais, defesa e segurança, etc.

Os gastos públicos são feitos na maioria sem uma democratização das decisões e muitas vezes não respeitando o Orçamento Geral do Estado. Na tabela abaixo podemos observar quais foram as despesas públicas em relação PIB.

TABELA 4: DESPESAS PÚBLICAS

DESPESAS GOVERNAMENTAIS					
RUBRICAS POR FUNÇÕES	2001	2002	2003	2004	2005
Despesas com serviços gerais	13,5	16,5	6,6	3,9	7,8
Defesa e Segurança interna	9,0	7,5	2,9	1,8	7,3
Educação	3,3	3,0	3,0	2,3	2,1
Saúde	2,8	2,0	2,3	1,9	1,4
Segurança, Assistência Social	3,5	2,8	4,4	3,3	5,4
Energia, Agricultura, Minas	3,6	2,6	10,1	7,1	2,2
Juros	0,1	1,0	1,8	2,2	5,6
Despesas não classificadas	12,9	14,4	13,7	17,4	-
TOTAL	48,7	49,9	44,7	39,9	31,9

FONTE: O Petróleo em África e em Angola. ROCHA 2005

A partir desta tabela observa-se que nos gastos públicos não existem gastos em setores alternativos ou se existem são muitos baixos. A redução nos gastos públicos que se observa na tabela acima por parte do governo é motivado pela participação do setor privado angolano para atender a demanda da sociedade e pelo fim do conflito armado, novos investimentos em escolas particulares, hospitais privados são comuns em Angola. E para um país onde a desconfiança do investidor estrangeiro é alta, o governo devia ter uma participação maior para desenvolver os setores alternativos e equilibrar a estrutura da economia.

3.4 IMPACTO DO CÂMBIO NA ECONOMIA

A teoria da doença holandesa foi desenvolvida por Corden e Neary (1982 *apud* Marconi e Barbi, 2008) e aprimorado por Corden em 1984. De acordo com esses autores, existem três setores na teoria: o de produtos não comercializáveis, o de produtos comercializáveis que cresce rapidamente (extração de produtos naturais nos quais o país possui vantagem comparativa) e o de comercializáveis que cresce mais lentamente como a indústria e a agricultura.

O setor que produz recursos naturais tende a expandir rapidamente suas receitas de exportação, o que leva a uma apreciação da taxa de câmbio e por conseqüência ao desestímulo à exportação no setor de manufaturados. Uma parcela dos fatores produtivos (os recursos existentes na economia como dinheiro, por exemplo) é deslocada para o setor que produz recursos naturais e para o setor de não comercializáveis por causa do aumento da renda interna. (Marconi e Barbi 2008).

A doença holandesa é um fenômeno decorrente da existência de recursos naturais abundantes que geram vantagens comparativas e diferenciais de produtividade ao país que os possui e podem levá-lo a se especializar na produção destes bens e não se industrializar ou terminar se desindustrializando. A doença holandesa pode ser visto como um fator que pode reforçar o processo de desindustrialização, dado que levaria os países a não desenvolverem uma estratégia de expansão relativa da manufatura porque eles poderiam financiar um déficit comercial de manufaturados com o superávit de commodities primárias Marconi e Barbi (2008).

A doença holandesa, para os países africanos, não está associada somente ao impacto dos recursos naturais, mas também pode resultar de qualquer intensificação de entrada de moeda estrangeira para os países, como por exemplo, doações, investimento estrangeiro direto (CONSENSO DO LAGO KIVU 2009).

3.3 O IMPACTO DO CÂMBIO NA ECONOMIA ANGOLANA

A valorização da taxa real de câmbio causado pela a entrada de fluxos de capitais associados ao ramo petrolífero e pela procura de bens não transacionáveis é outro fator que desestrutura a economia angolana. Nos últimos anos a entrada de moeda estrangeira em Angola tem se intensificado, pela via das receitas petrolíferas, pelo investimento direto estrangeiro (em grande parte de origem portuguesa) e grandes somas de empréstimos (chinês). O aumento da produção petrolífera gerou uma entrada de capital muito elevada em Angola. Essa entrada de capitais teve um grande um impacto na moeda local, tornando-a sobrevalorizada em relação à moeda estrangeira. Essa entrada de capitais se intensificou em 2004 com a assinatura dos acordos de paz. A partir desta data a moeda local teve uma valorização em relação à moeda estrangeira.

TABELA 5: TAXAS DE CÂMBIO MÉDIAS ANUAIS DO KWANZA EM RELAÇÃO AO DÓLAR

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
10,16	22,26	44,06	85,62	83,62	87,37	80,56	76,61	75,22	79,49

Fonte: Banco Nacional de Angola

Esta tabela mostra as oscilações da taxa de câmbio em Angola. Em 2000 a moeda local teve uma forte valorização cambial, motivada pela reforma monetária realizada em 1999 onde o Kwanza reajustado foi trocado pelo novo Kwanza como forma de combater a inflação e cortar alguns zeros no Kwanza reajustado. De 2000 a 2004 a moeda local foi se desvalorizando frente ao dólar, por causa das intensas guerras civis que assolavam o país e que, conseqüentemente, forçaram a saída de capitais em Angola. A partir de 2005 a 2008 ocorre uma valorização que começou um ano depois da assinatura do acordo de paz em Angola, onde houve uma forte entrada de dólares no país através do aumento da produção petrolífera e da entrada de investimentos diretos estrangeiros. Em 2009 ocorre uma desvalorização da moeda local causada pela crise financeira que ocorreu em 2008, ocorreu uma queda na entrada de capitais em Angola.

Essa valorização cambial torna os preços dos produtos angolanos menos competitivos em relação aos produtos estrangeiros e conseqüentemente uma redução na demanda dos produtos locais que culmina com o processo de desindustrialização local.

A abundância em recursos naturais e o efeito do rendimento daí decorrente implicam uma maior procura de bens não transacionáveis e uma conseqüente alteração dos preços relativos. Esta se traduz numa tendência para a apreciação da taxa de câmbio real, o que contribui para a contração do setor industrial (BANCO DE PORTUGAL 2009).

Angola passou a importar, desde a década 90, mais da metade do seu consumo de alimentos, além de muitos outros produtos básicos. O comércio de produtos importados tornou-se uma importante fonte de lucros para os ricos, e de emprego informal para os demais (SOGGE 2009).

Milhares de angolanos tornaram-se comerciantes internacionais, a importar por via aérea bens de consumo do Brasil, Portugal, etc. Hoje em Angola, criou-se uma cultura de não consumir produtos locais por causa da dúvida na qualidade dos produtos e pela baixa competitividade com os produtos importados.

A partir da tabela 1 podemos observar que a pauta de exportação angolana é constituída por produtos de pouco valor agregado, na sua maioria do ramo petrolífero, e a partir da tabela 5 pode observar a pauta de importações. Angola exporta produtos com baixo valor agregado e importa produtos com alto valor agregado.

TABELA 6 IMPORTAÇÕES ANGOLANAS

GRUPOS DE PRODUTOS	VLR (US\$ milhões)	% TOTAL
Máquinas e motores	2.560	21,8
Veículos automotores e suas partes	1.414	12,0
Produtos metarlúgicos	1.070	9,1
Materiais elétricos e eletro-eletrônicos	944	8,0
Aviões	523	4,5
Móveis	379	3,2
Instrumentos de precisão	333	2,8
Petróleo e derivados do petróleo	320	2,7
Têxteis	282	2,4
Plásticos e suas obras	268	2,3
Cereais em grão e esmagados	259	2,2
Ferramentas, talheres e outras obras de metais	248	2,1
Massas alimentícias e preparações alimentícias	204	1,7
Produtos químicos	184	1,6
Carne bovina	167	1,4
Carne de aves	142	1,2
Leite e laticínios	127	1,1
Outros	2319	19,8
Total	11.742	100,0

Fontes: GTIS; Elaboração Apex-Brasil/UIC

As importações são constituídas por produtos que têm elevado valor agregado e outros de baixo valor agregado, para atender a demanda dos angolanos. A tabela acima mostra a pauta de importações angolana, alguns dos produtos podiam ser atendidos pela produção local como forma de incentivar a industrialização local.

Em contrapartida essas importações têm criado um processo de desindustrialização em Angola porque os produtos locais não conseguem competir com a qualidade e os preços dos produtos importados.

4 EFEITOS DIRETOS E INDIRETOS DA DEPENDÊNCIA DO PETRÓLEO NA ECONOMIA ANGOLANA

A volatilidade do preço do petróleo está exercendo um efeito negativo no controle das finanças públicas e nos investimentos em Angola.

Para se ter uma ideia antes da crise de 2008, com a alta no preço do petróleo que atingiu em 2007 U\$131,52 por barril, a economia angolana crescia a uma taxa de 20,3% ao ano. Já em 2009 com a queda no preço do petróleo a economia cresce a uma taxa de 0,2% ao ano. Como a economia depende da exportação do petróleo, essa volatilidade no preço provoca uma redução nos investimentos, dificulta o planejamento e o controle das finanças pública (SOGGE 2009).

Outro efeito é a dificuldade na capacitação dos recursos humanos. Como sabemos a indústria petrolífera é intensiva em capital e a mão de obra é bastante qualificada. Essa qualificação não se encontra nos funcionários angolanos, daí recorrer a profissionais estrangeiros. Os funcionários angolanos ocupam somente cargos intermediários deixando os cargos de destaque para os funcionários estrangeiros. Isto limita os funcionários angolanos em se capacitarem porque as empresas só absorvem funcionários angolanos para cargos intermediários, criando impedimento em vazamentos de informações.

Os benefícios diretos para os angolanos da atividade petrolífera são limitados. Como as empresas petrolíferas em Angola são indústrias capitais intensivas, empregam apenas cerca de 15.000 angolanos que corresponde menos de 1% da população e quase não tem ligação *forward* (para frente, ex. indústria petroquímica) ou *backward* (para trás, ex. fornecimento de serviços, equipamentos) com a economia *onshore* (de base agroindustrial) (HODGES 2004).

A maior parte dos países em desenvolvimento é caracterizada por instituições frágeis que têm pouca capacidade para agüentar as forças destruidoras da corrupção e do conflito que são desencadeadas pelas tentativas de controle e apropriação das receitas do petróleo (HODGES 2004).

Em Angola, tem sido criada uma espécie de Estado mercantilista, em que, à semelhança da Idade Média europeia, a prosperidade da nação é

avaliada pela riqueza do monarca e da sua corte. A idéia de que é necessário o estabelecimento duma burguesia nacional endinheirada de modo que se garanta a independência econômica do país tem levado à acentuação do comportamento *rent-seeking* e ao agravamento das desigualdades na distribuição do rendimento nacional (ROCHA 2006).

6 CONCLUSÃO

Desde a independência a economia angolana tem se desequilibrado por causa da extração de petróleo. É um fato que se constatou durante as décadas depois da independência e as evidências são claras e plausíveis. As literaturas sobre esse assunto enfatizam ainda o grande paradoxo que a economia angolana tem passado, abundante em recursos naturais e baixo desenvolvimento econômico. Alguns dirigentes angolanos se vangloriam dizendo que o país está passando por um crescimento econômico jamais visto em Angola nos últimos anos. O grande problema surge porque esse crescimento econômico tem sido puxado somente pelo ramo petrolífero e conseqüentemente tem desequilibrado a economia angolana.

Com a elaboração deste trabalho pude constatar que o grande vilão não é o “petróleo”, mas sim a falta de boas políticas econômicas que estimulem o crescimento equilibrado. O petróleo é um recurso que pode salvar a economia da maldição dos recursos naturais.

A produção angolana, atualmente, está concentrada em uma única atividade de pouco valor agregado, essa concentração é motivada pela falta de investimento nos setores alternativos como forma de diversificar a economia. As receitas geradas pelo petróleo, não são direcionadas para o investimento, mas sim para as despesas do Governo, o que cria um ciclo vicioso.

Essa dependência que a economia tem do ramo petrolífero cria um processo de desindustrialização em Angola e um desequilíbrio na estrutura econômica. As receitas geradas pelas exportações de petróleo criam uma acomodação por parte do Governo que não tem estímulos para investir em outros setores pela facilidade que tem obter as receitas petrolíferas.

Isso mostra que a maldição dos recursos em Angola não é resultado da exploração e produção do petróleo, mas sim resultado das más políticas econômicas dos governantes nacionais.

A maldição dos recursos naturais em Angola está ligada a uma combinação de fatores, onde podemos destacar a forte intervenção do Estado na economia, país de incessante violência, pública e estrutural; aparato de

Estado baseado em processos militarizados, centralizados e corruptos; desigualdades causadas pelo desenvolvimento desequilibrado e extrovertido; provisão de bens e serviços públicos de acordo com as necessidades das elites, a qual carece de qualquer embasamento em processos democráticos ou transparentes; espaço de associação (sociedade civil) extremamente reduzido e despolitizado

O desequilíbrio na estrutura da economia angolana também é influenciado pela doença holandesa.

A valorização cambial, em Angola, contribuiu para o desequilíbrio na estrutura da economia. Com a assinatura do cessar fogo e a estabilização efetiva, houve uma forte entrada de capitais em Angola motivado em grande parte pelo aumento da produção petrolífera, pelos empréstimos chineses e pelo investimento direto estrangeiro português. Essa entrada de capitais tornou a moeda local valorizada e essa valorização tornou os produtos importados mais baratos e conseqüentemente criaram um processo de desindustrialização em Angola.

Como as indústrias em Angola não conseguem competir com as indústrias dos países desenvolvidos, pela falta de investimentos nas indústrias locais, pela competência dos técnicos, qualidade dos produtos e pelos salários, acabam quebrando.

A agricultura é um setor que também sofre por causa desses fenômenos, a falta de investimento no processo de desminagem das áreas cultiváveis e as importações de produtos agrícolas afeta de forma negativa à produção agrícola local.

O desequilíbrio da estrutura da economia angolana é causado pela combinação da maldição dos recursos naturais, doença holandesa e a péssima administração pública. Esses fenômenos criam um processo de desindustrialização muito forte que se não forem combatidos a tempo, podem levar o país a uma crise.

A maldição dos recursos naturais e a doença holandesa não são fenômenos recentes, já aconteceram com outros países e foram solucionados. A partir das experiências dos outros países podemos tomar como exemplo a maneira que esses países resolveram o problema e implementar em Angola e não precisar que a economia quebre para procurar as soluções.

A melhor forma de diversificar a economia e/ou tornar a pauta de exportações diversificada seria investir nas atividades mais produtivas como a indústria e a agricultura setores que outrora respondiam pelas exportações de Angola, mas esse investimento deve ser feito pelo governo e não esperar os investimentos externos. Para tal é preciso que o governo esteja investindo nos setores alternativos e fazer que a economia tenha um desenvolvimento sustentável. O bom aproveitamento das receitas totais do petróleo pode ser uma grande oportunidade para tornar Angola num dos melhores países da África.

ANEXO:

A maldição dos recursos naturais é um fenômeno que muitos dirigentes não admitem que suas economias estejam passando por esse mal. Mas para reconhecer os sintomas deste fenômeno em uma economia basta responder as questões que seguem e ver quais foram os resultados obtidos durante a produção de petróleo no teu país. Respondendo a estas questões o leitor pode perceber quais foram às mudanças ocorridas no país, se foram positivas ou negativas. Estas questões podem ser encontradas no texto (REVENUE WATCH 2005).

Como a produção do petróleo afetou o seu país no decorrer do tempo? As receitas petrolíferas estão sendo utilizadas para aliviar a pobreza? Os indicadores de pobreza melhoraram? O acesso à água limpa, a boas escolas e hospitais melhorou no decorrer do tempo? Há mais pessoas completando cursos superiores desde que a produção de petróleo começou? Há propostas que ajudem no combate à pobreza sendo consideradas para implementação, utilizando as receitas petrolíferas?

Os problemas com corrupção aumentaram ou diminuíram desde que o país começou a produzir e a vender petróleo?

Foram criados mais empregos desde que o país iniciou a produção de petróleo?

Como os setores não petrolíferos estão sendo afetados? Os setores de manufaturas e agrícolas cresceram, estagnaram ou diminuíram?

A governança melhorou desde que a produção e exportação de petróleo tiveram início? As eleições são consideradas livres e justas no seu país? A liberdade de expressão é respeitada? Os partidos de oposição podem se organizar e competir livremente em eleições?

Observe para onde o dinheiro está indo: Examine o orçamento do seu governo para verificar em que as receitas petrolíferas estão sendo utilizadas. Compare o dispêndio do seu país com o de outros países na região e em outras partes do mundo.

As receitas petrolíferas estão sendo utilizadas para financiar o conflito armado? Há conflito ou agitações trabalhistas em regiões produtoras de petróleo?

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO DE PORTUGAL, **Evolução das economias dos PALOP e de Timor-Leste**. Lisboa, 2009

CONSENSO DO LAGO KIVU. **Documento de Discussão 02/2009**. Itália/Ruanda 2009

FERREIRA, M.E. **Realeconomie e realpolitik nos recursos naturais em Angola**. Angola, 2005. p. 73- 89. Disponível em: <<http://www.adelinotorres.com/africa/M%20Ennes%20Ferreira-Realeconomie%20e%20Realpolitik%20nos%20Recursos%20Naturais%20de%20Angola.pdf>>. Acesso em: 28/09/2009.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL /FMI. **Projeto de Guia para a Transparência da Receita dos Recursos Naturais**. 2004

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA – IPEA. DIRUC/DIMAC. **Sobre maldições e bênçãos: é possível gerir recursos naturais de forma sustentável? Uma análise sobre os royalties e as compensações financeiras no Brasil, 2008**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/08_10_29_Royalties.pdf Acesso em: 28/09/2009.

MARCONI, N. e BARBI, F. **Taxa de Câmbio e Composição Setorial da Produção: Sinais de Doença Holandesa?**

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS DE ANGOLA. **Evolução Recente, Situação Atual e Perspectivas da Economia Mundial**. Luanda 2008

Disponível em: www.minfin.gv.ao

REIS, C. **Angola: desperdício de oportunidades**. Luanda 2007

Disponível em: <<http://amota.wordpress.com/2007/09/14/angola-desperdicio-de-oportunidades/>> Acesso em 12/05/2010

REVENUE WATCH, **Reportando o petróleo**. p. 166 Open Society Institute, New York, 2005. Disponível em: < <http://archive.revenuewatch.org/reports/072305po.pdf> > Acesso em: 20/09/2009.

ROCHA, A. da. **Angola Estabilização, Reformas e desenvolvimento.** Luanda, 1998

ROCHA, A. da. **O petróleo em África e em Angola.** Luanda, 2006. Disponível em:

<http://www.revues-plurielles.org/uploads/pdf/17_28_04.pdf> Acesso em: 28/09/2009

SACHS J.D. e WARNER A. M. **Natural resource abundance and economic growth.** Cambridge, 1997. Disponível em:

<http://www.cid.harvard.edu/ciddata/warner_files/natresf5.pdf> Acesso em: 28/09/2009.

SOGGE, D. **Angola: e onde está a “boa governação” do mundo?** Coimbra 2006. Disponível em:

< www.fride.org > Acesso em 03/11/2009

SOGGE, D. **Angola: Estado fracassado bem sucedido.** Coimbra 2009. Disponível em: < www.fride.org > Acesso em 02/05/2010

VICENTE, S. **O desafio industrial de Angola.** Luanda, 1994